



Texto para discussão

294

**Instituições e valores das
castas no Brasil**

Fernando Nogueira da Costa

Maio 2017

Instituto de Economia
UNICAMP



Instituições e valores das castas no Brasil

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

O objetivo deste estudo será discutir porque ainda predominam familismo, clãs, dinastias e castas de natureza ocupacional – guerreiros, aristocratas, comerciantes, sábios e trabalhadores – na estrutura de Poder no Brasil. Depois de pesquisar sobre a história das instituições típicas das castas brasileiras – Forças Armadas, Igreja, Universidade, Associações Patronais e Sindicatos –, concluí a respeito dos padrões de comportamentos das castas brasileiras, expressos em valores como, entre outros, competitividade, empreendedorismo, livre-mercado, especialização, paternalismo, fama, glória, coragem, honra, ceticismo quanto ao livre mercado, igualitarismo.

Palavras-chave: Economia institucional; Estratificação social.

Abstract

Institutions and values of castes in Brazil

The purpose study will be to discuss the predominance of familism, clans, dynasties and castes of an occupational nature – warriors, aristocrats, merchants, sages and workers - in the power structure in Brazil. After researching the typical Brazilian caste institutions – Armed Forces, Church, University, Employer Associations and Trade Unions –, he concludes about the typical behaviors of Brazilian castes, expressed in values such as competitiveness, entrepreneurship, free market, specialization, paternalism, fame, glory, courage, honor, skepticism about the free market, egalitarianism, etc.

Keywords: Institutional Economics; Social Stratification.

Classificação JEL / JEL Classification: N01.

Introdução

No TDIE 270, usei os dados das DIRPF 2014-13 para, via planilha, agrupar as ocupações em castas com rendas per capita e riquezas per capita mais similares. Ficou visível uma *hierarquia social*, conforme a Tabela abaixo. Já para a riqueza financeira, com dados da Anbima, só consegui agrupar em segmentos de clientes: varejo tradicional, varejo de alta renda e *private banking*. Nessa estratificação, a divisão das classes entre baixa, média e alta estão mais próximas da classificação em classes de propriedade ou riqueza *a la Marx*.

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/IE).
<http://fermandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

Ranking das Castas por Riqueza Média Per Capita	Qtde Declarantes	Particip. em %	Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Castas dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado	4.111.564	15,5%	148.441,63	504.006,69
2 Castas dos Sábios-Tecnocratas	983.459	3,7%	147.741,15	440.374,02
3 Castas dos Sábios-Universitários	2.951.024	11,1%	76.126,63	271.686,53
4 Castas dos Sábios-Sacerdotes Pregadores	2.289.420	8,6%	50.243,15	225.850,52
5 Castas dos Guerreiros e Esportistas	838.141	3,2%	79.847,56	188.492,38
6 Castas dos Trabalhadores	6.494.863	24,5%	44.408,01	80.917,24

Fonte: SRF - Grandes Números DIRPF 2014 - AC 2013 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Obs.: o total de 26.494.416 declarantes inclui inválidos e outras ocupações não especificadas.

O importante é que agora é possível medir as gritantes disparidades sociais no Brasil em termos de concentração de riqueza – e não apenas de renda. Ciência exige medição.

No entanto, quando leio a história do Brasil, verifico que falar de classes sociais como a capitalista e a trabalhadora antes da industrialização pesada que ocorreu após a II Guerra Mundial, quando a população ainda era predominantemente rural, foi um esforço artificial de forçar a realidade brasileira a caber na interpretação marxista. Acho que faz mais sentido resgatar a estratificação social por naturezas ocupacionais, distinguindo as *castas* e os *párias* excluídos de plenos direitos da cidadania.

Jessé Souza designa os *párias* como *ralé*. Este sociólogo se apresenta mais como weberiano do que como marxista. Critica a concepção economicista de classe apenas por faixa de renda ou consumo. Diz que classe é também uma construção cultural hereditária. Concordo com ele.

O desafio em pensar nesse tipo estratificação social está em renovar o nosso pensamento de esquerda. O que nos une é a busca de maior igualitarismo social *a la* Norberto Bobbio.

Acho que já é mais do que hora de a esquerda ir além de – no sentido hegeliano de superar (mantendo o que é ainda válido) – Marx. Imerso em um século sem classe média universitária, ele não era vidente para visualizar o futuro. Falta nele também uma Teoria do Estado democrático.

Necessitamos nos perguntar: o que é o socialismo, para a esquerda, depois das experiências totalitárias do Socialismo Realmente Existente?

Para mim, a resposta deve seguir *o método dialético*: conquistas sociais incrementais, através da democracia, de maiores direitos e deveres da cidadania levarão à uma mudança de qualidade no *modo de vida*. Não vejo o socialismo apenas como um novo *modo de produção* com propriedade “coletiva” dos meios de produção. Muito menos como fruto de uma revolução ou golpe de Estado de uma vanguarda em alguma oportunidade política.

Com luta de classes, ditadura do proletariado, partido único, nomenclatura, culto de personalidade, etc., alcançaremos nossa utopia, isto é, a crítica da realidade capitalista? Acho que não.

Então, necessitamos pensar no jogo de interesses das castas e suas alianças, ascensões e quedas. O poder hereditário dinástico está vigente não só nos petro-Estados árabes, mas em todo o mundo, inclusive nos EUA: Kennedy, Bush, Clinton, etc. No atual Congresso Nacional, 49% são praticantes do *familismo*.

Casta, segundo o dicionário Houaiss, no sistema de estratificação tradicional da Índia, é um grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião. Por extensão, designa qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social, de caráter hereditário. Portanto, refere-se à camada social que forma uma das partes componentes de uma sociedade complexa que se organiza de maneira hierárquica. Em sentido pejorativo, usa-se a expressão para hostilizar o grupo de cidadãos que se destaca dos demais por seus privilégios, ocupações, costumes e/ou preconceitos.

Para entender todos os determinantes políticos temos de compreender a enorme influência das dinastias. *Dinastia* é sequência de indivíduos que ocupam determinada função, cargo ou posto de poder, hereditários ou não. Por extensão, refere-se à sucessão de herdeiros e continuadores de magnatas e oligarcas da casta dos governantes aristocratas, desde os rurais até os industriais. Na etimologia da palavra, originária do grego *dunasteía*, significa “dominação, poder, domínio de uma oligarquia”. Por influência do francês *dynastie*, registrado já em 1495, significa “ser o mestre, exercer o poder, ter força”.

Clã refere-se ao agrupamento familiar comum compostos de pessoas que se presumem ou são descendentes de ancestrais comuns. Relaciona-se tanto com casta quanto com partido, facção, lado. Na etimologia, encontra-se o significado de “família, raça”.

Oligarquia é o regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Por extensão, refere-se à preponderância de um pequeno grupo no poder. No Brasil, por exemplo, há partido liderado por uns poucos oligarcas, isto é, membros da elite branca de cada região.

Reportagem de Étore Medeiros, publicado na *Pública* (04/02/2016), revela que um mecanismo muito antigo da política nacional é especialmente significativo na atual legislatura na Câmara. De teor fortemente conservador, ela é também a que possui maior porcentual (49%) de deputados com familiares políticos desde as eleições de 2002.

Cita estudo da Universidade de Brasília (UnB), publicado no segundo semestre de 2015, sobre os 983 deputados federais eleitos entre 2002 e 2010 para concluir que, no período, houve um crescimento de 10,7 pontos percentuais no número de deputados herdeiros de famílias de políticos, atingindo 46,6% em 2010 – número próximo aos 44% encontrados pela Transparência Brasil no mesmo ano. Logo após a última disputa eleitoral, a ONG divulgou outro levantamento que concluiu que 49% dos deputados federais eleitos em 2014 tinham pais, avôs, mães, primos, irmãos ou cônjuges com atuação política – o maior índice das quatro últimas eleições. Evidentemente, este Congresso Nacional, embora eleito, não representa adequadamente o povo brasileiro.

As estratégias de manutenção dos clãs no poder acabam por torná-los uma espécie de empreendimento – uma vez que a política também é vista em muitos casos como forma de enriquecimento pessoal –, com projetos bem definidos para a ocupação até mesmo de espaços que credenciam para a disputa eleitoral. O processo eleitoral brasileiro é marcado pela *desinformação* e *despolitização*. Na realidade, o discurso e as propostas dos candidatos, e mesmo a reputação ou a probidade do membro da família que pede os votos, não fazem diferença.

O professor de Ciência Política da UnB, Luis Felipe Miguel, afirma que “o que as famílias políticas controlam e legam na verdade são os contatos com financiadores, com controladores de currais eleitorais, com uma teia de apoiadores que disputam outros cargos, esse *savoir-faire* e esses recursos que dão aos herdeiros uma série de vantagens nas disputas eleitorais”.

Miguel defende como mais necessárias mudanças em dois dos principais sustentáculos da política e do modo de praticá-la pelas dinastias: “a sua relação com o poder econômico – não só o financiamento eleitoral de campanha, mas também os lobbies e a corrupção – e o controle dos meios de comunicação de massa”. Sem pressão política para o Congresso reformar isso, os grandes meios de manipulação eleitoral estarão presentes.

O objetivo deste estudo será discutir porque ainda predominam familismo, clãs, dinastias e castas de natureza ocupacional – guerreiros, aristocratas, comerciantes, sábios e trabalhadores – na estrutura de Poder no Brasil. Depois de pesquisar as instituições típicas das castas brasileiras – Forças Armadas, Igreja, Universidade, Associações Patronais e Sindicatos –, busco uma conclusão a respeito dos comportamentos típicos das castas brasileiras, expressos em valores como competitividade, empreendedorismo, livre-mercado, especialização, paternalismo, fama, glória, coragem, honra, ceticismo quanto ao livre mercado, igualitarismo, etc.

1 Emergência de castas

David Priestland, no livro “*Uma Nova História do Poder - Comerciante, Guerreiro, Sábio*”, publicado em 2014, lembra que, desde o início, a humanidade foi dividida por seus analistas em três partes: homens de oração, agricultores e homens de guerra, e cada um deles tinha seu próprio dever particular – *orar, trabalhar e lutar*.

Assim, aceitou-se que a guerra poderia ser legítima: os guerreiros eram necessários para defender os homens de oração e os do trabalho. Contudo, a sociedade só poderia tornar-se rica e justa se os cavaleiros aceitassem um contrato social implícito. Eles deveriam:

1. proteger os camponeses, e não saqueá-los;
2. tinham de obedecer ao rei, e não desafiá-lo.

O rei, por sua vez, precisava ouvir o conselho dos sábios-sacerdotes. Era uma máquina militar-moral perfeita: os homens da violência, com as mãos banhadas em sangue, só podiam ser purificados pelas orações dos santos, e apenas quando estivessem puros sua vitória seria garantida.

Houve uma transição fundamental na história do mundo: o abrandamento do guerreiro e a *ascensão da sociedade agrícola de castas*, governada por uma aliança entre o guerreiro, o aristocrata paternalista e o sábio. Foi esse sistema social que veio a dominar grande parte do mundo.

As primeiras sociedades agrícolas, surgidas por volta de 10.000 a.C., ainda eram relativamente igualitárias e não especializadas. A aldeia e o grupo de parentesco ampliado – *o clã* ou *a tribo* – eram o mais importante princípio organizador. A política se dava, em grande parte, com base no consentimento do *clã*. Para garantir a sobrevivência do grupo, os chefes, ou “homens

importantes”, recebiam a autoridade para resolver conflitos e redistribuir alimentos. Seu poder era limitado e podia ser retirado sem dificuldade.

Outros especialistas também surgiram: *os xamãs e especialistas espirituais*, pessoas que, segundo se pensava, tinham habilidades especiais para realizar rituais sagrados e mágicos e comunicar-se com os deuses. Mas, assim como os chefes ainda não tinham se tornado uma casta separada de aristocratas rurais, tampouco esses sábios iniciais já tinham formado uma casta elaborada de sacerdócio. As castas ali estavam, em estágio embrionário. Ainda não haviam se libertado do poder do parentesco.

Por volta de 3200 a.C., em uma nova forma de civilização urbana, o mundo ficou cada vez mais dividido entre as antigas sociedades baseadas em *clãs* e uma ordem nova, mais complexa: *o Estado agrário*, alicerçado nas *castas*. Nessas sociedades com populações maiores e mais especializadas, as pessoas iam se agrupando, cada vez mais, conforme as ocupações, e não o parentesco. A Lista de Profissões incluía uma grande variedade de grupos, desde sacerdotes e funcionários até comerciantes, artesãos e escravos. Essas cidades eram governadas por alguns dos primeiros “Estados”, ou seja, organizações não baseadas no *parentesco*, que dependiam mais da *coerção* do que da aquiescência dos governados.

Os Impérios Agrários eram normalmente administrados por *aristocratas*, que encarnavam os valores tanto dos *guerreiros* como dos *proprietários rurais*, em estreita aliança com os *sacerdotes*, os quais justificavam o domínio deles, e usando *funcionários* para administrá-los. Juntas, essas elites viviam do trabalho da massa da população – o *campesinato* –, que lhes pagava tributos sob a forma de impostos. Além disso, também cobravam tributos dos povos vizinhos mais fracos.

Esse tipo de Estado era muito mais hierárquico do que as sociedades anteriores, baseadas em *clãs*: os camponeses, em geral autossuficientes, eram coagidos a entregar sua produção à guisa de imposto, recebendo proteção em troca. Os camponeses precisavam estar seguros em suas terras e ter a garantia de um nível mínimo de paz para poder produzir um excedente tributável. Os governantes os protegiam e, com os sacerdotes, organizavam a distribuição dos cereais em tempos de fome.

No entanto, havia também uma tensão entre a cultura da aristocracia latifundiária e a dos guerreiros: os *proprietários rurais* precisavam “cuidar” de seus súditos camponeses para poder extrair impostos deles, enquanto os

guerreiros, embora essenciais para a defesa e extração de tributos de outros povos, muitas vezes desenvolviam uma cultura de violência, rixas internas e parasitismo capaz de destruir uma economia agrícola produtiva.

2 Instituições da Casta dos Guerreiros Militares

Priestland (2014) argumenta que podemos compreender melhor nossa história recente se nos apoiarmos no papel das castas e de seus valores. Na maioria das sociedades pré-modernas, a aristocracia guerreira era a casta dominante. Esperava-se dos governantes que combinassem duas funções intimamente ligadas: o guerreiro heroico, em busca da fama, e o “pai do povo”.

Muitas vezes o espírito guerreiro foi separado do paternalista: imitavam os padrões de fraternidade dentro do grupo, mas não tinham nada de familiar em suas relações com os “forasteiros, casacas, civis, etc.”. Hoje, as unidades militares modernas atuam da mesma maneira corporativista em defesa dos próprios interesses.

A história do Exército Brasileiro começa oficialmente com o surgimento do Estado brasileiro, ou seja, com a independência do Brasil. Entretanto, mobilizações de brasileiros para guerra existem desde a colonização do Brasil, sendo as primeiras dignas de nota as efetuadas contra as tentativas de colonização francesa no Brasil nas décadas de 1550 e de 1610.

De maneira seminal, a História do exército brasileiro se iniciou, em 1548, quando D. João III resolveu criar um governo-geral com sede na Bahia. As primeiras intervenções de vulto ocorridas foram a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, no século do descobrimento, e do Maranhão, em 1615. À medida que avançou a interiorização através do amplo movimento de expansão territorial, no século XVII e início do século XVIII, as Entradas e Bandeiras forçaram a organização da defesa do território recém conquistado. As forças expedicionárias de caráter eminentemente militar iniciaram a utilização da população local, particularmente de São Paulo, pelos capitães-mor, em busca de riquezas ou da escravização dos índios.

A reação contra a invasão dos holandeses, no século XVII, pela primeira vez mobilizou grandes efetivos no país. Particularmente, começou a haver um sentimento de defesa nacional, independentemente da influência da coroa. A primeira Batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648, marca o início da organização do exército como força genuinamente brasileira formada por

brancos locais, índios e negros ou mulatos. Esta data é comemorada como o aniversário do Exército Brasileiro.

O Exército Nacional – ou Imperial, como costumeiramente era chamado – durante o Reinado de dom Pedro I (1822-31) era dividido em dois ramos: o de 1ª Linha, que era o Exército de fato; e o de 2ª Linha, formado pelas antigas milícias e ordenanças herdadas dos tempos coloniais.

Com a recusa das tropas portuguesas nas províncias da Bahia, Maranhão, Pará e Cisplatina em aderirem à independência, o Imperador Dom Pedro I reorganizou as tropas a sua disposição para o conflito iminente. A maior parte dos militares sediados no país, inclusive os naturais de Portugal, permaneceram leais ao Imperador. Ele pode dispor de tropas, equipamento e bases para as operações de guerra.

A chamada Guerra da Independência do Brasil estendeu-se de 1822 a 1825. Esse processo findou-se, em 29 de agosto de 1825, quando enfim Portugal reconheceu a independência de sua ex-colônia. Acabou por ser uma *guerra civil luso-brasileira*, já que portugueses e brasileiros combateram em ambos os lados.

As lutas mais encarniçadas ocorreram nas regiões onde, por razões estratégicas, se registrava maior concentração de tropas do Exército Português. Foram nas então Províncias Cisplatina, da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará. O governo brasileiro providenciou a compra de armas e navios, o recrutamento de tropas nacionais e a contratação de estrangeiros mercenários, bem como medidas repressivas como o confisco de bens e a expulsão daqueles que não aceitassem a emancipação política do Brasil. No plano econômico, proibiu-se o comércio, e, no diplomático, autorizou-se a guerra de corsários contra navios de Portugal.

Com o fim da Guerra da Cisplatina (1825-1828), quando o Exército brasileiro não foi capaz de desferir um golpe avassalador sobre as forças argentinas e os rebeldes que realizavam táticas de guerrilha, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram, em 27 de agosto de 1828, um Tratado de Paz. Ambos os países acordaram que a antiga província brasileira estaria definitivamente independente e que, se necessário fosse, combateriam para que assim permanecesse. A Cisplatina passou a chamar-se oficialmente República Oriental do Uruguai após da promulgação da sua Constituição em 1830.

Em 18 de agosto de 1831, foi criada a Guarda Nacional com o intuito de auxiliar o reduzido Exército na defesa nacional. A nova força militar substituiria as antigas milícias e ordenanças que foram extintas. Ela era formada, teoricamente, por todos os brasileiros que tivessem uma renda anual superior ao mesmo valor para ser eleitor. Embora fosse uma força reserva do Exército Imperial, na prática, era dependente das vontades de seus comandantes regionais, grandes latifundiários e proprietários de escravos, os chamados *Coronéis*.

O resultado da desmobilização do Exército e da opção por uma Força Armada sem preparo militar algum logo se fizeram sentir. Constituiu-se em um dos vários motivos do governo central, no Rio de Janeiro, ser incapaz de sufocar de pronto as diversas rebeliões, muitas de caráter republicano e antiescravista, que ocorreram pelo país durante o Período Regencial. Este é como ficou conhecido o decênio de 1831 a 1840 na História do Brasil, compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e quando seu filho D. Pedro II teve a maioria proclamada. Destas rebeliões se destacam a Cabanada (Pernambuco, 1832-1835), Cabanagem (Belém, 1835-1840), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), o Levante dos Malês (Salvador, 1835), a Sabinada (Salvador, 1837-1838) e a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1835-1845).

Os revoltosos mostravam descontentamento com o poder central e as tensões sociais latentes na Nação recém-independente. Neste período se firmaram a unidade territorial do país e a estruturação das Forças Armadas, além de serem discutidos o grau de autonomia das províncias e a centralização do poder.

O Exército Imperial tinha, em 1851, mais de 37.000 homens. Ele participou da Guerra do Prata, onde derrotou a Confederação Argentina com a colaboração de tropas uruguaias e de rebeldes argentinos. Mas a deflagração da Guerra do Uruguai, seguida pela Guerra do Paraguai, revelou o completo abandono que o Exército Imperial passou desde 1852. A partir de então, os 18 mil homens do Exército no país inimigo, em 1865, passaram a ser 67.365 em 1866, 71.039 em 1867 e 82.271 em 1869. Caxias reorganizou as tropas que receberam uniformes, bagagem e equipamentos tão bons quanto os do Exército Prussiano. O governo imperial destinava cerca de 27% do orçamento para o Exército e Armada no ano fiscal de 1873-74, após a Guerra do Paraguai.

A Guarda Nacional teve o seu papel restringido em 1873 ao ser impossibilitada de atuar como força policial e, a partir de então, efetivamente como uma força reserva do Exército. Sua dissolução definitiva, contudo, viria a ocorrer somente em 1918, durante a Primeira República (e a I Guerra Mundial), destituindo os “coronéis” municipalistas.

Antes, os cadetes passaram a aprender o Positivismo na Escola Militar. Sentindo-se autossuficientes e “donos da verdade”, ignoravam por completo a disciplina militar frente a civis. Tanto a geração que sucedeu aos militares monarquistas como a mais nova formada por oficiais de baixa patente, ambas defendiam a implantação de uma *ditadura republicana militar*. De maneira oportunista, os ativistas republicanos incentivaram o comportamento indisciplinado de uma parcela dos militares do Exército, durante os anos de 1887 e 1888, alegando falta de consideração por parte do governo às Forças Armadas. No entanto, em 1888, cerca de 19% do orçamento era destinado as Forças Armadas.

Em 15 de novembro de 1889, a Monarquia foi derrubada por tropas do Exército lideradas pelo marechal Deodoro da Fonseca, sem ter convicção republicana. Ele se tornou o comandante da primeira ditadura brasileira. De início, cerca de 20% do efetivo do Exército Imperial apoiou o golpe de Estado. Nos dias seguintes, diversos batalhões do Exército espalhados pelas províncias do país participaram de confrontos armados com o intuito de impedir o golpe. Militares monarquistas participaram da Revolução Federalista, ocorrida em 1893, com o intuito de restaurar o Império. Os que não faleceram nas batalhas, foram presos, deportados ou fuzilados.

Ancorado na Filosofia Positivista, durante os anos 1889-1894, com o marechal Floriano sucedendo Deodoro como ditador, ocorreu o primeiro período na história brasileira no qual o exército dirigiu o país, tentando impor suas diretrizes políticas e projetos de desenvolvimento nacional ao restante da sociedade. A instabilidade gerada pelo entrelaçamento da crise sucessória, agravada por uma grave crise econômica, abortou esta primeira tentativa de reger o país sem oposição. A Revolta da Armada foi um movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha do Brasil contra o governo do Marechal Floriano Peixoto, supostamente apoiada pela oposição monarquista à recente instalação da República. Com a ida dos civis ao Poder Executivo, restaurou-se o poder das castas aristocratas fundiárias no Poder Legislativo. Controlou-o via Política do Café com Leite.

O *tenentismo* foi o nome dado ao movimento político-militar constituído por uma série de rebeliões malsucedidas de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro, entre 1922 e 1927, descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacavam:

1. o fim do voto aberto (“voto de cabresto”),
2. a instituição do voto secreto, e
3. a reforma na educação pública.

Conseguiu manter viva a revolta contra o poder das oligarquias, representado na “Política do Café com Leite”. Preparou o caminho para a Revolução de 1930, que alterou, definitivamente, a estrutura de poder no país.

O Poder passou, inicialmente, da casta da aristocracia fundiária governante para a casta dos guerreiros. Posteriormente, com o surgimento da casta dos sábios universitários e a consolidação da casta dos trabalhadores organizados ou sindicalizados, cujas alianças ameaçavam sempre ganhar as disputas eleitorais, aquelas castas – a dos guerreiros militares e a dos aristocratas governantes –, apoiadas pela casta dos comerciantes industriais e financistas, reagiram com periódicos golpes de Estado.

Em 1945, o tenentismo antigetulista conseguiu depor Getúlio Vargas e lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, um nome sempre ligado ao tenentismo, em oposição ao candidato vitorioso Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de Getúlio Vargas. Ele, antes, havia demonstrado interesse pela aproximação do Brasil com as potências do Eixo.

Em 1950, voltou a se candidatar o brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN e foi derrotado por Getúlio Vargas, apoiado pela aliança PTB-PSP – e cristianizando o PSD. Em 1955, o tenentismo disputou novamente a eleição, com o nome do general Juarez Távora, um dos expoentes do tenentismo. Em 1964, quase todos os comandantes militares do golpe militar eram ex-tenentes de 1930, como Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Eduardo Gomes, Castelo Branco, Médici, Juraci Magalhães e Juarez Távora.

O tenentismo viveu até seus membros se retirarem da vida pública, ou seja, a partir do meio dos anos 1970, terminando com o general Ernesto Geisel como presidente. Ele iniciou a distensão do regime ditatorial para não perder o comando hierárquico sobre a “linha dura” do Exército. Com o golpe militar de

31 de março de 1964, tinha se iniciado o último período no qual o exército regeu os destinos do País.

A onda de greves operárias na região do Grande ABC, liderada por Lula, somada à segunda crise do petróleo, coincidiram com a promulgação da Lei da Anistia em 1979. Esta lei proporcionou o retorno dos exilados, atendendo a anseios da população. Com o início da década de 1980, o descontentamento popular, agravado pelos efeitos do regime de alta inflação e da crise da dívida externa, só aumentaram a pressão pela adoção da democracia no Brasil. A *Campanha pelas Eleições Diretas Já* chegou ao ápice entre 1983-84. Assim, a casta dos guerreiros militares se viu forçada a retornar à caserna.

Com a promulgação da nova Constituição, em 1988, o Exército e as demais Forças Armadas se afastaram do núcleo político brasileiro. Voltaram-se para suas missões constitucionais.

3 Instituições da Casta dos Sábios

Os *sábios* – instruídos e manipuladores de ideias –, segundo Priestland (2014), também tinham duas funções inicialmente: eram *clérigos* (figuras religiosas) ou *funcionários públicos* (escrivães).

O papel do sábio-sacerdote como defensor ideológico ou reformador da ordem prevalecente foi adotado por toda uma gama de tipos modernos, desde redatores de discursos, jornalistas e acadêmicos até “homens santos” dos tempos modernos, com sua cultura de inspiração. Mas é a outra forma de sábio – o escrivão ou o perito “sábio-tecnocrata” – a mais dominante hoje. Em grande parte do mundo, a sua cultura, tanto de profissionalismo especializado como de burocracia, vem eclipsando, cada vez mais, as formas aristocráticas de governo.

3.1 Casta dos Sábios-Sacerdotes

Uma das instituições herdadas de sociedades agrárias, que perduraram por 4.000 anos, é a fé no sobrenatural. A Igreja Católica exerce ainda grande influência nos aspectos político, social e cultural dos brasileiros. Segundo pesquisa de 2014, 81% da população brasileira foi criada no catolicismo, porém apenas 61% da população permanecia católica naquele ano. Um dos desafios enfrentados pela Igreja Católica no Brasil é a perda de fiéis para igrejas protestantes e, em menor medida, para a irreligião, isto é, a falta de crença ou o ateísmo.

O *catolicismo apostólico romano* é ativo no país desde o século XVI, quando foi trazido por missionários que acompanhavam os exploradores e colonizadores portugueses território recém-conquistado, para apaziguar as consciências enquanto o genocídio dos nativos se iniciava. O cristianismo chegou ao Brasil desde o primeiro momento de interação portuguesa com os habitantes indígenas, o que resultou em espalhar germes de animais domesticados. Estes conviviam há milênios com os europeus, criando mecanismo biológico de autodefesa nestes. Porém, contra esses germes os nativos não tinham como se proteger. As doenças contaminavam essa população nativa, reunida sob catequese, provocando mortandade em massa. Durante o período de colonização, ordens e congregações religiosas assumiram os serviços nas paróquias e dioceses e a educação nos colégios, ou seja, a evangelização dos indígenas escravizados, *avant la lettre*, em típicos campos de concentração.

Até meados do século XVIII, o Estado controlou a atividade eclesiástica na colônia por meio do *padroado*: direito de protetor, adquirido por quem funda ou dota uma igreja, ou o direito de conferir benefícios eclesiásticos. Arcava com o sustento da Igreja e impedia a entrada no Brasil de outros cultos, em troca de reconhecimento e obediência. O Estado nomeava e remunerava párocos e bispos e concedia licença para construir igrejas. Confirmava as condenações dos tribunais da Inquisição e escolhia as formas de punição. Controlava o comportamento do clero pela Mesa da Consciência e Ordens, órgão auxiliar do Conselho Ultramarino. O Estado português era religioso – e não secular.

Não impediu, porém, o agravamento dos conflitos entre colonos (casta dos comerciantes) e padres (casta dos sábios sacerdotes), em torno da escravização dos índios. Eles desembocam no fechamento da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal em 1759.

Este ministro todo-poderoso do rei D. José I, desde julho de 1750, tinha recebido a missão de reconstruir Lisboa, destruída por um terremoto em 1755. Além disso, acabou por reformar o próprio Império português. Subjugou a casta dos nobres aristocratas e reduziu, drasticamente, o poder da Igreja. Foi o responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônia. Também reorganizou o ensino, até então controlado pela Igreja.

O “déspota esclarecido” estava longe de ser liberal. A censura continuou a manter rigoroso controle sobre a publicação de livros e periódicos.

Antes de Pombal, esse papel encontrava-se nas mãos da Igreja e da Inquisição. Com a morte do rei, em 1777, sua filha e sucessora, D. Maria I, uma beata com formação jesuíta, traria de volta ao poder a parte mais conservadora e atrasada da nobreza. Pombal, então, caiu no ostracismo. Portugal voltou a ser um país pequeno, rural e atrasado.

Laurentino Gomes, no livro “1808”, conta que, “de todas as nações da Europa, Portugal continuaria sendo, no começo do século XIX, a mais católica, a mais conservadora e a mais avessa às ideias libertárias que produziam revoluções e transformações em outros países” (2007: 56). Por três séculos, a Igreja havia mantido submissos o povo, seus nobres e reis. Por escrúpulos religiosos, a Ciência e a Medicina eram atrasadas ou praticamente desconhecidas. A vida social pautava-se pelas missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento, seja individual, seja coletivo, era determinado e vigiado pela Igreja Católica. Portugal foi o último país europeu a abolir os autos da Inquisição, nos quais pessoas que ousassem criticar ou se opor à doutrina da Igreja eram julgadas e condenadas à morte na fogueira. Até 1761, ainda havia execuções públicas desse tipo em Lisboa.

O Estado português não era laico, ou seja, alheio ao clero ou a qualquer outra ordem religiosa. Pelo contrário, não sendo leigo, ele não se opunha ao controle do clero sobre a sociedade. Só com o positivismo se disseminando na casta dos guerreiros militares brasileiros, na segunda metade do século XIX, surgiram indivíduos que defenderam um Estado não submisso ao clero, assumindo uma posição contra sua influência na vida intelectual, moral e nas instituições em geral.

Em 7 de janeiro de 1890, logo após a proclamação da República no Brasil, foi decretada a separação entre Igreja e Estado. A República acabou com o padroado, reconheceu o caráter laico do Estado e garantiu a liberdade religiosa. Em regime de pluralismo religioso e sem a tutela do Estado, as associações e paróquias passaram a editar jornais e revistas para combater ideias anarquistas, comunistas ou protestantes.

A *Questão Religiosa* foi um conflito ocorrido no Brasil sob reinado de D. Pedro II, na década de 1870, que, tendo iniciado como um enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria, acabou se tornando uma grave questão de Estado. Suas causas podem ser traçadas desde muito tempo antes, fundadas em divergências irreconciliáveis entre:

1. *o ultramontanismo*: sistema centralizador da Igreja católica ou doutrina dos ultramontanos que defendia a autoridade absoluta e a infalibilidade do papa em matéria de fé e disciplina, assim como no terreno temporal;

2. *o liberalismo*: conjunto de princípios que defendiam a liberdade individual, no campo da política, da economia, da religião, da moral, limitando a interferência do poder do Estado; e

3. *o regime do padroado*: direito de protetor, adquirido por quem fundava ou adotava uma igreja, ou o direito de conferir benefícios eclesiásticos.

Dentro do tradicional pacto de conciliação entre elites (e eventuais contra elites) brasileiras, pouco tempo depois, os bispos defensores do catolicismo ultramontano foram anistiados. Mas isso não aplacou o acirrado debate público que se desencadeou a respeito da união entre Igreja e Estado. Ao contrário, o problema permaneceu em discussão, agregando outros elementos ideológicos e sociais e facções cada vez mais extremadas, enfraquecendo a autoridade e o prestígio da Monarquia.

A *Questão Religiosa* em seu sentido mais lato, expressão de uma complexa e dinâmica realidade social e cultural, ressurgiu com força durante a Era Vargas (1930-45 e 1950-54). A Igreja readquiriu grande influência política e reconquistou, constitucionalmente, vários de seus antigos privilégios. Segundo alguns autores, seus efeitos repercutiram também ao longo de toda a segunda metade do século XX.

A partir da década de 30, o projeto desenvolvimentista e nacionalista de Getúlio Vargas influenciava a Igreja no sentido de valorização da identidade cultural brasileira. Assim, a Igreja expandiu sua base social para além das elites, abrindo-se para as camadas médias e populares urbanas.

A Constituição de 1934 previa uma colaboração entre Igreja e Estado. Seriam atendidas as reivindicações católicas como a seguinte mistura:

1. o ensino religioso facultativo na escola pública e
2. a presença do nome de Deus na Constituição.

Em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que coordena a ação da Igreja no país. No final dos anos 50, a Igreja preocupava-se com questões sociais geradas pelo modelo de capitalismo no

país, como a fome e o desemprego. Em 1960, a Juventude Universitária Católica (JUC), influenciada pela Revolução Cubana, declarou sua opção pelo socialismo. Pressões de setores conservadores da Igreja levaram os militantes da JUC a criar um movimento de esquerda, a Ação Popular (AP). Na época, a Igreja estava dividida quanto às propostas de reformas de base do presidente João Goulart.

Com o Regime Militar de 1964 cresceram os conflitos entre Igreja e Estado. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), houve uma ruptura total diante da violenta repressão: prisões, torturas e assassinatos de estudantes, operários e padres e perseguições aos bispos. Na época, a Igreja atuava em setores populares através das Comunidades Eclesiais de Base. Inspiradas na Teologia da Libertação, elas vinculavam o compromisso cristão e a luta por justiça social. Os abusos contra a ordem jurídica e os direitos humanos levaram a Igreja a se engajar fortemente na luta pela redemocratização ao lado de instituições da sociedade civil.

Ao longo dos anos 80 e 90, com a redemocratização da sociedade brasileira e com alguns de seus ensinamentos fortemente criticados pela Santa Sé, a Teologia da Libertação perdeu influência. Nesse período, cresceu o vigor da Renovação Carismática Católica, surgida nos EUA. Em oposição à politização da Teologia da Libertação e como reflexo religioso do individualismo da Era Neoliberal, o movimento buscava uma renovação do catolicismo pela ênfase em uma experiência mais individualista com Deus.

No transcorrer do século XX foi percebida uma diminuição no interesse em formas tradicionais de religiosidade. Um reflexo disso é a grande massa de “católicos não-praticantes” hoje presente no país. O catolicismo perdeu adeptos sobretudo entre os jovens brasileiros: segundo o Instituto Data Popular, somente 44% dos brasileiros de 16 a 24 anos definiam-se como católicos. Esse fenômeno é denominado de “*descatolização*”.

A Igreja Católica teve uma onipresença perversa para a liberdade de expressão. Imprensa, delegacias de polícia, juízes, intelectuais e uma série de outras categorias, além do clero, criavam dificuldades para os outros credos, que foram discriminados e perseguidos. No Brasil, muitas pessoas diziam-se católicas como resposta a uma “pressão social”, fato que explica o imenso número de católicos que se assumem como “não praticantes” no país. Apenas na segunda metade do século XX é que a liberdade religiosa no Brasil realmente se tornou realidade.

A liberdade de escolha ajuda a explicar a perda de fiéis da Igreja Católica para a irreligiosidade, bem como de pessoas que vão procurar abrigo em outras igrejas, particularmente nas evangélicas. Outra consequência do pluralismo seria a presente amplificação de conflitos, controvérsias e debates públicos envolvendo questões como feminismo, orientação sexual, aborto e direitos das minorias.

3.2 Casta dos Sábios-Universitários e/ou TecnoCratas

Quanto à formação da casta dos sábios-universitários no Brasil, embora Portugal tivesse uma das dez mais antigas universidades da Europa em funcionamento contínuo, a Universidade de Coimbra, fundada em 1290, não permitiu nenhuma Universidade em sua colônia nas Américas. Essa postura obscurantista permaneceu, inclusive, no período (1808-1821) que a corte metropolitana aqui se instalou com D. João VI.

Segundo o modelo português, a nenhuma das escolas de Ensino Superior foi atribuído o status de Universidade. Este era reservado, em todo o Império Português, à Universidade de Coimbra. Mesmo em Portugal, com exceção da existência breve da Universidade de Évora, as diversas instituições de ensino superiores existentes fora de Coimbra só alcançaram o status de universidades em 1911.

Segundo Laurentino Gomes, no livro “1808” (2007: 121), entre 1772 e 1800, um total de 527 brasileiros se formou em Coimbra. Esta *elite intelectual*, em que se destacou José Bonifácio de Andrada e Silva, constituiria a “classe dirigente brasileira”. Um quarto dos formandos vinha da capitania do Rio de Janeiro e 64% deles eram formados em advocacia por ser o curso que mais oportunidades profissionais oferecia, especialmente, no serviço público.

A existência dessa pequena elite intelectual representava um avanço em uma colônia em que tudo se proibia e censurava. Livros e jornais eram proibidos de circular livremente, para “não espalhar os abomináveis princípios franceses. (...) quem ousasse expressar opiniões em público contrárias ao pensamento vigente na corte portuguesa corria o risco de ser preso, processado e, eventualmente, deportado. Imprimi-las, então nem pensar. Até mesmo reuniões para discutir ideias eram consideradas ilegais” (Gomes, 2007, p. 122).

No Brasil, a mais antiga instituição com o status de universidade foi a Universidade de Manaus, criada em 1909 e hoje chamada Universidade Federal do Amazonas. Há outras instituições de ensino superior brasileiras mais antigas,

porém não gozavam do status de universidade antes de 1909. A Inconfidência Mineira, entre outras reclamações, pretendia também a implementação de uma Universidade no Brasil.

O Ensino Superior no Brasil começou muito antes, ainda no Período Colonial, com a criação de escolas superiores especializadas, modeladas em escolas semelhantes existentes na Metrópole Portuguesa. Uma das primeiras foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792, no Rio de Janeiro, pela Rainha D. Maria I de Portugal, com o fim principal de formar oficiais técnicos e engenheiros militares.

Considera-se esta Academia como sendo a primeira Escola Superior de Engenharia das Américas e uma das primeiras do mundo, estando na origem remota dos atuais Instituto Militar de Engenharia e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca-se, então, que a casta dos sábios-universitários brasileiros surge da formação acadêmica da casta dos guerreiros.

Em muitos países católicos, principalmente na América espanhola, a Igreja Católica sempre esteve à frente do sistema de ensino, principalmente do Ensino Superior. No Brasil, diferentemente desses países, a casta dos sábios-sacerdotes não conseguiu estabelecer o domínio desejado sobre a formação da casta dos sábios-universitários.

Com a vinda da Casa Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, o Ensino Superior no Brasil foi desenvolvido, com a criação de escolas e cursos adicionais no Rio de Janeiro e Salvador para formar profissionais destinados a atender, sobretudo, aos membros do Estado nacional. No entanto, não havia ainda uma estrutura que se poderia chamar de Universidade.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro é descendente direta dos primeiros cursos de ensino superior do Brasil. Criada em 7 de setembro de 1920 através do Decreto 14 343 pelo então presidente Epitácio Pessoa, a instituição recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Após uma grande reestruturação promovida pelo ministro Capanema, em 1937, durante o governo Vargas, ela passou a ser chamada de Universidade do Brasil, com o objetivo do governo de controlar a qualidade do ensino superior no país. Dessa forma, ambicionava padronizar o ensino, criando o padrão ao qual as outras universidades brasileiras deveriam ser adaptar.

A Revolução Constitucionalista foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O movimento cresceu a partir do ressentimento local com o fato de Vargas governar por decreto, sem uma Constituição e em um governo provisório. O golpe de Estado em 1930 também afetou São Paulo ao corroer a autonomia que os estados brasileiros gozavam durante a vigência da Constituição de 1891.

Após o revés de São Paulo na “Revolução de 1932”, o Estado se viu ante a necessidade de formar uma nova elite capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições, do governo e a melhoria do país. Com esse objetivo um grupo de empresários fundou a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) – atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – em 1933. O interventor de São Paulo – cargo que, naquele momento, correspondia ao de governador –, Armando de Salles Oliveira, criou a Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

O modelo sociológico *norte-americano* constituiu o exemplo para ELSP, enquanto que alguns historiadores, devido aos professores-visitantes franceses, alegam que o mundo acadêmico *francês* foi a principal fonte de inspiração para a USP.

Na realidade, apesar das *diferenças existentes entre a concepção francesa e a alemã*, em ambas, de acordo com a mistura aqui adotada, havia a preocupação com a *questão nacional*, ou seja, com a afirmação da nacionalidade.

- no *modelo francês*, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade, havendo dissociação entre Universidades, que se dedicam fundamentalmente ao ensino, e Escolas de Altos Estudos, voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível de *sábios-tecnocratas*, em uma visão de centralização e controle estatais. Pode-se estabelecer uma correlação entre o caso francês e o caso da Universidade do Brasil (futura UFRJ), nas suas origens.

- no *modelo alemão*, a preocupação com a constituição da nacionalidade se deu em uma visão liberal-elitista, com maior autonomia da Universidade diante do Estado, desembocando em uma concepção de não dissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação, e menos pragmática de universidade, voltada para a pesquisa e a formação profissional de alto nível

de *sábios-intelectuais*. Estas características podem ser encontradas nas propostas dos fundadores da USP.

O número de matrículas no Ensino Superior passou de 95.961, em 1960, para apenas 134.500, em 1980. Em 1991, atingiu 1.565.056 e em 2002, 3.479.913. Em 2014, houve 6.486.171 matrículas em Cursos de Graduação Presenciais. Somaram-se mais 3.006.258 estudantes neste nível de ensino na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014). Considerando também o EAD (Ensino à Distância), em 2014, o Censo do Ensino Superior apurou 7.828.013 milhões matrículas, mais que dobrando aquele número de 2002.

Contudo, quando se analisam as matrículas presenciais apenas em Universidades (e não em outras categorias administrativas), rigorosamente, estudantes universitários eram 3.205.001. As públicas e as privadas abrigavam números mais próximos, respectivamente, 1.548.007 e 1.656.994. A casta de sábios-universitários ainda não se massificou tanto quanto sugere o número bem maior de estudantes de Ensino Superior.

Considerando o número de Docentes Universitários como componentes dessa casta de sábios, eram apenas 204.310 em 2014. Os doutores, que davam aulas em Universidades, eram a metade: 102.371 professores.

No começo do século XXI, 6,1 milhões de brasileiros tinham terminado ao menos um curso universitário. Em 2010, já eram 12,8 milhões, o que representa crescimento de 109,83% nesses dez anos. O percentual de brasileiros com nível superior completo passou de 4,4%, em 2000, para 7,9% em 2010. Os dados integram os Resultados Gerais da Amostra do Censo de 2010, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na DIRPF 2014 – AC 2013, desconsiderando dos 26,5 milhões de declarantes os 8,8 milhões de inválidos e outras especificações não especificadas mais os 6,5 milhões da casta dos trabalhadores de menor escolaridade, sobrariam 11,2 milhões de membros das demais castas, número próximo daqueles 12,8 milhões formados em curso universitário em 2010. Neste caso, correlação revela causalidade?

Na defesa dos interesses da casta dos sábios-universitários destacam-se algumas instituições de corporações que passariam a ser formadas em Universidades. Destaco como exemplo duas delas.

A história da fundação da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) começa com sua criação em 7 de abril de 1908. Seu principal objetivo era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação. A Associação deveria ser um campo neutro em que se pudessem abrigar todos os trabalhadores da imprensa. Não concordava com a ideia de que os jornais fossem empresas, dando lucro a seus acionistas. Para ela, os jornais deveriam ter uma missão social e funcionar como cooperativas de cujos interesses participassem todos os seus membros, dos diretores aos mais modestos colaboradores. Já no programa de fundação da ABI se expunha reivindicações que só apareceriam na Revolução de 1930.

Como uma trincheira na defesa da liberdade de imprensa e dos direitos humanos, a ABI possui o orgulho de nunca se ter dobrado à intolerância e à violência dos Governos ditatoriais, nem mesmo quando explodiram sua sede. Foi na sede da ABI que se realizaram as reuniões nacionalistas da campanha “O petróleo é nosso” que antecederam a Lei de 1953, que instituiu a Petrobras. Em 1976, quando a ABI era uma das entidades da sociedade civil que mais se destacava na defesa das liberdades democráticas, um ato terrorista destruiu todo o 7º andar do edifício-sede da instituição, onde funcionavam o Conselho e os serviços administrativos e a Presidência. As autoridades nunca conseguiram identificar os autores do atentado a bomba.

Ao longo da sua história, a ABI sempre se empenhou pela defesa dos direitos dos jornalistas. No período de dois regimes ditatoriais, com o Estado Novo e o golpe militar de 64, a ABI intermediou a soltura de jornalistas presos e submetidos a inquéritos policiais, acusados de subversão.

Na sede da ABI, na tarde de 28 de setembro de 1988, aconteceu a última reunião do Conselho Federal de Censura, liquidado pela nova Constituição. No mesmo dia o Presidente Sarney assinava o decreto instituindo o Conselho de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão, para o qual foram designados representantes da ABI.

Em outubro de, Barbosa Lima Sobrinho, então Presidente da Casa, defendeu na Câmara dos Deputados o pedido de *impeachment* de Fernando Collor de Mello, juntamente com o então Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenère. Para Barbosa Lima Sobrinho, a atuação da imprensa no episódio situava-se entre as mais importantes e decisivas registradas na memória da Nação.

A Revolução de 1930 fez nascer um novo Estado, que se distanciou do modelo oligárquico pelo caráter centralizador e pelo desenvolvimentismo. Embora tenha sido caracterizada pela heterogeneidade de membros comprometidos de diversas castas, conseguiu aliar uma parcela das oligarquias regionais a um grupo de oficiais Coluna Prestes descontentes com a chamada “política do café-com-leite”, reivindicando eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis. Eram egressos do movimento tenentista e intelectuais liberais.

Com uma troca da aliança entre castas processada sem grandes rupturas, a revolução fez emergir novas forças no cenário político. Foi o caso dos profissionais liberais e dos jovens políticos que, antes de 1930, formaram a Aliança Liberal e articularam o golpe de estado, como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Francisco Campos, entre outros.

Foi nesse contexto, e em sintonia com as aspirações de renovação e modernização do País, que se deu a criação da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo como personagem central a figura do então procurador-geral do Distrito Federal, André de Faria Pereira. Logo depois de instalado o Governo Provisório, ele expôs a Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, a necessidade de modificar a organização da Corte de Apelação, visando à normalização dos seus serviços e ao aumento da produtividade de seus julgamentos. Incumbido pelo ministro de organizar um projeto de decreto, o procurador-geral, há muito sócio do Instituto dos Advogados, incluiu o dispositivo do art. 17, criando a Ordem dos Advogados.

A instituição da Ordem dos Advogados do Brasil ocorreu, então, quase um século após a fundação do Instituto dos Advogados, por força do art. 17 do Decreto n. 19.408, de 18 de novembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, e referendado pelo ministro da Justiça Osvaldo Aranha. O primeiro Código de Ética Profissional para os advogados, aspiração já antiga da classe, foi aprovado na sessão do Conselho Federal de 25 de julho de 1934.

A Ordem iniciou sua trajetória na defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos com os acontecimentos políticos de 1935 – fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e repressão do fracassado levante comunista –, marcados pelas primeiras medidas da execução do estado de sítio e da Lei de Segurança Nacional, que desembocariam no autoritário Estado Novo com a efetivação de novo golpe em 10 de novembro 1937. O regime

varguista abraçou abertamente o ideal da extrema direita, sob a tutela da violência, assegurada por um aparato policial coercitivo, como elemento essencial de manutenção do poder e da ação totalitários. A corporação policial, isto é, a casta dos guerreiros, tinha por finalidade legitimar a preservação da ordem ditatorial.

Nesse período, as manifestações da OAB contra o Estado Novo e suas ações repressivas, que perseguiram opositores do regime e cerceavam direitos individuais, corroboradas pela Constituição autoritária outorgada no mesmo dia do golpe, consagraram a entidade como defensora da liberdade. Manteve na luta contra as consequências repressivas de outros golpes, especialmente, o militar em 1964. Porém, fraquejou na luta contra o golpe efetuado em 2016, quando, em um regime presidencialista, uma oportunista maioria de parlamentares derrubou uma Presidenta eleita.

4 Instituições da Casta dos Mercadores

O terceiro modo de pensar – o do **comerciante** —, segundo Priestland (2014), hoje penetrou na maioria das áreas da vida, mas pode ser visto em sua forma mais pura, obviamente, no comércio e nas finanças. O comerciante muitas vezes tem dois tipos de valores morais:

1. com sua flexibilidade, seu amor ao *networking*, sua disposição para negociar com todos, sejam quais forem a classe, etnia ou religião, ele se mostra brando, tolerante e cosmopolita;
2. mas ele também tem um aspecto muito mais inflexível, mais moralista, que aparece quando em conflito com os outros.

Assim, enquanto seu amor pela eficiência e pela inovação ajudou, sem dúvida, a enriquecer a humanidade como um todo, o igual interesse do comerciante em obter o maior lucro no mínimo de tempo às vezes é de difícil alinhamento com os interesses mais amplos de comunidades específicas. Isto ocorre, por exemplo, quando ele se recusa a investir no longo prazo, com medo de perder oportunidades melhores, ou quando procura obter o máximo de lucro do trabalho individual. É inevitável que essa compulsão crie tensões, às quais o comerciante pode responder de maneiras mais ou menos liberais.

No Brasil Colonial, narra Mary del Priore (2016), algumas cidades funcionaram como entrepostos de mercadorias vindas de outras capitanias e mesmo da metrópole, caso do Rio de Janeiro e de Ouro Preto. Essa última

recebia vinho, manufaturas, ferramentas, escravos e remédios, revendendo-os a outros núcleos. Dentro das capitâneas, circulavam os produtos da terra: toucinho, aguardente, açúcar, couro, gado e algodão, além de milho e feijão.

Era preciso comprar, vender, distribuir, lucrar ou perder com tantos produtos. Milhares de vidas envolvidas com negócios deram um perfil diferenciado à sociedade colonial. Até o século XVIII, “negociante” era palavra que abarcava diferentes ocupações. Até cem anos antes, “mercador”, “homem de negócios” e “cristão-novo” eram sinônimos revestidos de impopularidade. Na hierarquia medieval cristã, o comerciante ficava abaixo das artes mecânicas. Ao comercializar o fruto de artes e ofícios, ele era considerado um parasita. Apenas no século XVIII, em Portugal, o estigma começou a se esvaír, pois a administração do marquês de Pombal decretou, em 1770, que o “comércio era profissão nobre, necessária e proveitosa”.

Então, a casta dos aristocratas de Portugal, antes da Guerra da Independência norte-americana (1775–1783) e da Revolução francesa (1789), reconheceu a casta dos comerciantes, refletindo o contexto das revoluções burguesas em outros países. A tradição luso-ibérica, cuja herança nos influencia até hoje, já era de *conciliação* e não de *revolução*. *Avant la lettre*, os aristocratas “entregavam os anéis para não perderem os dedos”.

Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), no romance *Il gattopardo* (O Leopardo) sobre a decadência da aristocracia siciliana durante o *Risorgimento*, tem o trecho mais memorável do livro no discurso do sobrinho de Don Fabrizio, Tancredi, o arruinado e simpático oportunista príncipe de Falconeri, incitando seu tio cético e conservador a abandonar sua lealdade aos Bourbons do Reino das Duas Sicílias e aliar-se aos Saboia. “A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão à República. Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”.

A presença israelita no comércio da colônia de Portugal nas Américas era notável. Inseridos na vida social, política e administrativa baiana, a maior parte da população da capital seria constituída por judeus ricos que praticavam o comércio. Na mestiçagem brasileira, a grande maioria dos judeus – um em cada três portugueses que imigraram para a colônia era “cristão-novo” – se misturou depois de uma ou duas gerações com outras etnias, isto é, comunidades ou grupos de pessoas antes caracterizadas por uma homogeneidade sociocultural com língua, religião e modo de agir próprios.

Marquês de Pombal (1699-1782) foi secretário de Estado do Reino, durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerado representante do *despotismo esclarecido* em Portugal no século XVIII. Viveu em um período da história marcado pelo Iluminismo.

Iniciou várias reformas administrativas, econômicas e sociais. Acabou com a escravatura em Portugal Continental em 1761 e, na prática, com os autos de fé em Portugal, apesar de não ter extinguido oficialmente a Inquisição portuguesa, em vigor “*de jure*” até 1821. Em 1768, obrigou por decreto a “primeira nobreza da corte”, isto é, os principais titulares do reino de Portugal, a casar fora do seu grupo social ou com linhagens com menores garantias de pureza. Eles eram chamados de “puritanos”, porque em nome da limpeza de sangue praticavam uma estrita endogamia. Era a maneira de evitar que nas suas linhagens entrasse “mancha de nação impura”, leia-se: a dos judeus ou a dos mouriscos.

Em 1773, fez promulgar uma lei que extinguiu as diferenças entre *cristãos-velhos* (católicos sem suspeitas de antepassados judeus) e *cristãos-novos*, tornando inválidos todos os anteriores decretos e leis que discriminavam os cristãos-novos e impunham critérios de “limpeza de sangue”. Passou a ser proibido usar a palavra “cristão-novo”, quer por escrito quer oralmente. As penas eram pesadas:

- para o povo, chicoteamento em praça pública e exílio em Angola;
- para os nobres, perda de títulos, cargos, pensões ou condecorações;
- para o clero, expulsão de Portugal.

Ao mesmo tempo em que não hesitou em impor monopólios, esmagando a concorrência interna ao conceder isenção de impostos no comércio e nas exportações, o marquês de Pombal criou estímulos fiscais para a instalação de pequenas manufaturas voltadas para o mercado interno português. Deste também faziam parte as colônias, mas na colônia portuguesa das Américas permaneceram proibidas até a chegada de D. João VI. Essa *política protecionista* englobava medidas que favoreciam a importação de matérias-primas e encareciam os produtos importados similares aos de fabricação portuguesa. Como resultado, surgiram no reino centenas de pequenas manufaturas produtoras dos mais diversos bens.

O ministro fundou também o Banco Real, em 1751, e estabeleceu uma nova estrutura para administrar a cobrança dos impostos sob seu controle direto.

De acordo com a mentalidade iluminista, considerava o desenvolvimento econômico e o exercício do poder da Monarquia Absolutista como dois aspectos da mesma realidade.

Dando um salto na história, para verificar quais os meios institucionais encontrados pelos membros da casta dos mercadores para se associarem em defesa de seus interesses, a Carta do Trabalho [*Carta del Lavoro*] era o documento de referência para o Estado Novo brasileiro organizar as corporações de cima para baixo. O Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini apresentou, em 1927, as linhas de orientação que deveriam guiar as relações de trabalho na sociedade, nomeadamente entre o patronato, os trabalhadores e o Estado, seguindo o modelo político corporativista. Segundo esse documento, aqui também adotado, todos deveriam seguir as orientações e o interesse do Estado. À sociedade permitia-se que se organizasse em *corporações*, isto é, entidades como *associações patronais e sindicatos* que representassem, não a diversidade de interesses, mas sim a coletividade nacional.

Este modelo, característico do *corporativismo*, foi replicado no Brasil durante a Era Vargas, assim como em Portugal, Turquia e França. Paradoxalmente, era inspirado nas concepções coletivistas e socializantes próprias do socialismo realmente existente. Poucos antes, na URSS, Lenin tinha implementado tal modelo, embora com uma diferença relevante na medida em que limitava a iniciativa privada.

No modelo italiano fascista de Mussolini, não existiam, por princípio, constrangimentos à iniciativa particular e à propriedade privada, mas ambas eram colocadas sob a tutela do Estado. Quando este bem entendesse que associações patronais e sindicatos estariam contrários às suas políticas, poderia intervir, uma vez que os interesses do Estado sempre lhe seriam superiores. Tenentistas e/ou positivistas no Governo Vargas o seguiram.

No verbete sobre *Associações Patronais* de autoria de Ida Regalia, no *Dicionário de Política* coordenado por Norberto Bobbio (1986: 67/68), informa que de um ponto de vista formal e jurídico, as associações sindicais dos empregadores se apresentam análogas às associações sindicais dos trabalhadores dependentes. Um e outras são associações de direito privado e gozam igualmente da liberdade de organização sindical. Em ambos os casos se tratam de “Sindicatos”.

De fato, considerando-se a amplitude das funções efetivamente desempenhadas em relação aos associados, a relevância das Associações Patronais aparece muito mais restrita se comparada com a dos sindicatos dos trabalhadores. Isto depende, em primeiro lugar, da diversa necessidade estrutural de organizar-se para tutelar os próprios interesses coletivos que têm os trabalhadores dependentes, de um lado, e as empresas, do outro. Trata-se de um sistema social em que estas últimas detêm o direito da iniciativa econômica e em que elas constituem, *per si*, cada uma, um sujeito organizado, uma coalizão, perante os próprios dependentes.

Um outro fator determinante é a elevada heterogeneidade dos interesses também sindicais das várias empresas, conforme se trate de empresas multinacionais ou não, de grandes monopólios ou de pequenas e médias empresas que operam em um mercado concorrencial, e assim por diante. As polêmicas que marcaram a história recente das associações do patronato industrial no Brasil explicam-se a partir da *diversidade* e, às vezes, do *conflito dos interesses* de referência.

Por todos estes motivos, os estudos e as pesquisas a respeito puseram especialmente em claro a fraqueza das Associações Patronais, mensurada como capacidade de impor linhas comuns de comportamento às empresas filiadas. Dada também a exiguidade de possíveis sanções, elas podem, de fato, agir fora das diretrizes estabelecidas pelas próprias associações, quando isto parecer mais conveniente a cada empresa.

Historicamente, para as empresas, a exigência de associar-se surge:

- ou para se tutelarem perante a intervenção dos Governos em matéria de legislação social e econômica,
- ou para se defenderem perante a ação organizada dos sindicatos dos trabalhadores.
- Em ambos os casos, trata-se de *reações defensivas* perante possíveis ameaças às liberdades empresariais:
 - o primeiro objetivo facilitará o surgimento de organizações de dimensão nacional para manter relações com os Governos e para exercer pressões sobre eles;
 - o segundo solicitará soluções organizativas paralelas às dos sindicatos dos trabalhadores, por exemplo, a congruência dos níveis organizativos respectivos é exigida pela evolução dos contratos coletivos.

No Brasil, há associações empresariais articuladas tanto em estruturas territoriais quanto de categoria, assim como acontece para os sindicatos dos trabalhadores. Existem, porém, diferenças fundamentais:

- no caso das empresas, elas podem filiar-se somente a uma ou a outra das articulações existentes, de acordo com os próprios interesses;
- enquanto os trabalhadores inscritos nas organizações confederais pertencem necessariamente a ambas as linhas organizacionais.

Em nível nacional, portanto, as associações dos empresários não dependem de uma confederação unitária, mas de várias confederações, divididas de acordo com os setores econômicos em que atuam as empresas (indústria, comércio, agricultura), ou segundo outros critérios, tais como a dimensão, a origem de capital privado ou estatal, etc. Estes aspectos mostram como o associacionismo patronal se desenvolveu multiformemente, de acordo com os diversos interesses que foram surgindo.

As funções que as Associações Patronais desempenham podem ser subdivididas em funções de:

1. assistência e consultoria (técnica, sindical, legal) às empresas filiadas,
2. representação dos membros nas contratações coletivas e nas controvérsias, que não são resolvidas no âmbito da empresa,
3. tutela dos interesses dos associados nos contatos e nas negociações com o Governo e com os poderes públicos.

A predominância de uma ou outra função depende das condições do conjunto de relações industriais no momento em questão. Porém, é sempre possível para cada empresa agir de forma autônoma, assessorada pelos próprios consultores, contratando o mais possível dentro da empresa e procurando exercer pressões diretas e através de outros canais sobre os poderes públicos.

Fundada em 12 de agosto de 1938, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) sucedeu a Confederação Industrial do Brasil (CIB), o primeiro órgão de representação do setor produtivo nacional. Criada em 1933, a CIB foi uma iniciativa de quatro federações de indústrias: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – capital do Brasil à época.

A CNI nasceu com o desafio de ajudar o Brasil a superar os problemas decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, a instituição deu sua contribuição ao país elaborando estudos sobre o planejamento das atividades produtivas, a defesa do trabalho e o reequipamento do parque manufatureiro.

Na década de 40, a CNI se preocupou com a formação de mão de obra para a indústria brasileira e lançou as bases para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946, formando um sistema capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Ao SENAI e ao SESI, veio a se somar o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado pela CNI em 1969. A CNI administra todas essas instituições. Juntas, federações estaduais e sindicatos patronais da indústria formam o Sistema Indústria, uma rede nacional de caráter privado responsável por iniciativas de apoio ao setor industrial brasileiro.

A partir de 1988, o foco da atuação passou a ser a competitividade do produto brasileiro, a inserção das empresas no mercado internacional e a redução do Custo Brasil. Hoje, a CNI defende as reformas institucionais para que a economia brasileira cresça de forma sustentada, competitiva e inovadora, e com alta produtividade.

Com as 34 federações patronais – sendo 27 estaduais e 7 nacionais – e os 1041 sindicatos mais representativos do setor no País, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) forma o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio).

O chamado Sistema S foi criado na década de 1940 e é constituído por onze entidades, entre elas o Sesi - Serviço Social da Indústria, Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Sesc – Serviço Social do Comércio, Sest – Serviço Social do Transporte, o Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e o Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

A origem da arrecadação do Sistema S é 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas, mas os percentuais de repartição dos recursos não são controlados pelo Estado, por exemplo, 1,5% poderiam ser destinados à formação profissional e 1% a serviços sociais. Assim, 60% dos cerca de R\$ 8 bilhões arrecadados iriam para atividades educativas e 40% para sociais.

É consenso entre os empresários de que a gestão dos recursos não seja submetida ao Governo. Eles alegam que isso seria uma forma de estatização do Sistema. Ainda assim, o setor empresarial diverge entre si. Representantes dos setores automobilístico, eletroeletrônico, plástico, brinquedos e de máquinas afirmam que falta transparência na prestação de contas do Sistema S.

O IBGE lançou nova edição do *Perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos* (FASFIL). O estudo, elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi realizado com base no Cadastro Central de Empresas (Cempre). A pesquisa revela que, em 2010, o país contava com 290,7 mil entidades.

As associações estavam, em 2010, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%); associações patronais e profissionais (15,5%); e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). Havia, ainda, 54,1 mil entidades (18,6%) dedicadas a implementar políticas governamentais em saúde, educação, pesquisa e assistência social. Nesse segmento, os grupos mais vulneráveis da população, como crianças, idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei e pessoas com necessidades especiais, eram assistidos por 30,4 mil entidades de assistência social (10,5%). Já entidades voltadas à preservação do meio ambiente e proteção animal representavam 0,8% do total.

5 Instituições da Casta dos Trabalhadores

Normalmente subordinados pelas três castas dominantes, segundo Priestland (2014), estão os trabalhadores: camponeses, artesãos (com sua criatividade e seu orgulho do próprio trabalho) e proletários. Em resposta às demais castas, eles muitas vezes desenvolveram uma poderosa cultura de solidariedade comunitária, para se proteger e fazer valer os seus direitos, de maneira mais eficaz no Ocidente industrial, entre as décadas de 1880 e 1970.

O *sindicalismo* pode ser definido como “ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho”. Porém, pode ser visto também como um importante componente de um fenômeno sistêmico, complexo e contraditório.

“Ele nasce, de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista, mas constitui também uma força transformadora de toda a sociedade. Traduz-se em organizações que gradualmente se submetem às regras de uma determinada sociedade, mas é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que frequentemente entram em choque com elas. Gera

e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, mas canaliza a participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade” (*Dicionário de Política*; 1986: 1150)

No verbete sobre *Organizações Sindicais* no *Dicionário de Política*, coordenado por Norberto Bobbio (1986: 870), levando-se em conta o critério com que se definem os âmbitos, isto é, as áreas onde se recrutam os membros, a distinção principal é:

1. a dos *sindicatos de profissão* recrutam indivíduos pertencentes à mesma atividade profissional, independentemente do setor ou setores industriais onde ele é exercido;

2. a dos *sindicatos de indústria* fazem seu recrutamento entre os que pertencem a um determinado ramo ou categoria industrial.

Nos países anglo-saxônicos existem também os sindicatos chamados *gerais*, grandes organizações que congregam trabalhadores de várias e diferentes categorias, formadas através de sucessivos processos de fusão.

Os *sindicatos de profissão* existem hoje principalmente naqueles países (Grã-Bretanha, Estados Unidos) onde o movimento operário se organizou bem cedo, na fase inicial da industrialização, para os grupos de trabalhadores com forte poder no mercado.

Os *sindicatos de indústria*, pelo contrário, são a solução adotada pelos sindicatos mais recentes ou pelos que se reconstituíram no pós-guerra (Itália, Alemanha), bem como por aqueles que, de um modo geral, organizam os setores da produção de massa. Entre os sindicatos de indústria podem-se distinguir ainda:

1. os sindicatos que representam, juntamente, operários e empregados de uma mesma indústria e

2. os sindicatos onde a representação dos empregados é realizada à parte.

Se se considera a amplitude dos interesses que os sindicatos representam, pode-se distinguir entre:

1. os *sindicatos associativos* fazem referência exclusiva aos interesses dos seus inscritos, recorrendo, de preferência, à contratação coletiva;

2. os *sindicatos de classe*, ao contrário, procuram também incumbir-se dos interesses dos não aderentes, revelando, além disso, uma certa tendência pelos estratos mais débeis e desprotegidos, utilizando também a ação política.

De modo amplo, embora não perfeitamente, esta distinção coincide com a distinção entre:

1. sindicatos de profissão que são *associativos* e
2. sindicatos de indústria que tendem a ser *classistas*.

Finalmente, é possível ainda distinguir entre sindicatos *não confessionais* ou *sem ideologia* e sindicatos que se caracterizam por sua *base ideológica*, como na França, e na Itália nas décadas de 50 e 60.

De acordo com texto encontrado no site do SINTSEF, *a origem do Sindicalismo no Brasil* remonta nos últimos anos do século XIX. Está vinculada ao processo de transformação da economia brasileira com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. O poder político ainda estava nas mãos dos cafeicultores em que pese a transferência do lucro do café para a atividade industrial com finalidade de diversificar os riscos.

As primeiras formas de organização sindical dos trabalhadores foram:

- 1 Sociedades de Socorro e Ajuda Mútua; e
2. União Operária, que com o advento da indústria passou a se organizar por ramo de atividade dando origem aos sindicatos.

No entanto, lutas dos trabalhadores foram registradas antes. Em 1720, um dos primeiros e mais importantes movimentos grevistas ocorreu no Porto de Salvador, na época o maior das Américas. Em 1858, registrou-se a primeira greve, a dos Tipógrafos do Rio de Janeiro, contra as injustiças patronais e por reivindicações de aumentos salariais.

Em 1892, no I Congresso Socialista Brasileiro, o objetivo da criação do Partido Socialista Brasileiro não foi atingido. Dez anos após, em 1902, realizou-se o II Congresso Socialista Brasileiro, sob influência da leitura de Marx e Engels. Finalmente, em 1906, no I Congresso Operário Brasileiro, um total de 32 delegados, na sua maioria do Rio e São Paulo, lançou as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.).

Nesse Congresso, participaram as duas tendências existentes na época:

1. *anarco-sindicalismo*: negava a importância da luta política, privilegiando a luta dentro da fábrica através da ação direta; negava também a necessidade de um partido político para a classe operária.

2. *social-reformista*: tendência que propunha a transformação gradativa da sociedade capitalista, defendia a organização partidária dos trabalhadores e a participação nas lutas parlamentares.

Em 1913 e 1920, ocorreram, respectivamente, o II e o III Congresso Operário, tentando reavivar a Confederação Operária Brasileira. Desde essa época, o governo tentava controlar o movimento sindical. Exemplo disso foi o Congresso Operário de 1912, que teve como presidente honorário Hermes da Fonseca, então presidente da República.

“Sindicatos Amarelos” pregavam a luta imediatista por melhores condições de trabalho e salários. Nesta época, as lideranças sindicais se submetiam à ordem burguesa. Embora dirigissem categorias combativas como os ferroviários e marítimos, conciliavam com o Estado. Enquanto isso, os anarco-sindicalistas, ao deflagrarem uma greve, a viam como um momento da greve geral que destruiria o capitalismo.

A ação anarquista se desenvolveu entre 1906 até 1924. O auge do movimento anarquista ocorreu quando tanto a crise de produção, gerada pela Primeira Guerra Mundial, quanto a queda vertiginosa dos salários dos operários, ambas levaram a uma onda de greves de 1917 a 1920.

Em 1917, houve uma greve geral em São Paulo, iniciada em uma fábrica de tecidos e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo o setor têxtil, seguindo as demais categorias com 2.000 trabalhadores parados. A greve teve peso mais expressivo em São Paulo, mas se estendeu em diversos estados.

A superação do anarquismo ocorreu por suas limitações:

- reivindicações exclusivamente econômicas;
- negação da luta política;
- não exigia do Estado sequer uma legislação trabalhista;
- não admitiam a existência de um partido político operário;
- não aceitavam alianças com os setores subalternos da sociedade.

Por estas e outras razões, o movimento anarco-sindicalista sofreu um isolamento, tornando-se presa fácil do Estado e sua força policial repressora. Os anarquistas não conseguiram, na atuação concreta, ir além dos “reformistas amarelos”. Estes se conciliavam com o Estado, não o questionavam, limitando sua ação coletiva às reivindicações econômicas.

A influência da Revolução Russa, permitiu que uma dissidência anarquista fundasse, em 1922, o PCB - Partido Comunista Brasileiro, atraindo um número expressivo de trabalhadores para o comunismo. O PCB, cujo objetivo principal era dirigir a revolução comunista *a la* URSS no Brasil, marcou o início de uma nova fase no movimento operário brasileiro. Apesar da ilegalidade imposta ao partido alguns meses após sua fundação, o PCB passou a editar a revista *Movimento Comunista*. Publicou em seguida o *Manifesto Comunista* e, em 1925, iniciou a publicação do jornal *A Classe Operária*, com tiragem inicial de 5.000 exemplares, depois aumentada.

Em 1929, criou-se a Federação Regional do Rio de Janeiro e no mesmo ano foi realizado o Congresso Sindical Nacional, que congregou todos os sindicatos, influenciado pelos comunistas, quando se originou a CGT - Central Geral dos Trabalhadores. Mesmo assim, o Estado continuava tentando cooptar os sindicatos.

Nas eleições de 1930, pelo bloco operário e camponês (com o PCB na ilegalidade) se candidatou Minervino de Oliveira. O eleito foi Júlio Prestes, representante da burguesia cafeeira. No entanto, um movimento militar barrou sua posse, resultando na ida de Vargas ao poder. Porém, na Revolução de 1930, acabou por ocorrer a conciliação entre os interesses dominantes, os agrários e os urbano-industriais, excluindo qualquer forma de participação autônoma da classe operária. Iniciou-se uma nova fase no sindicalismo brasileiro.

Na Era Vargas, o Ministério do Trabalho procurou conter o operariado dentro dos limites do Estado burguês através de uma política de conciliação entre capital e trabalho. Lindolfo Collor, o 1º Ministro do Trabalho, através da Lei Sindical de 1931 (Decreto 19.770), criou os pilares do sindicalismo oficial no Brasil com controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. Definia o sindicalismo como órgão de colaboração e cooperação como Estado.

A maioria dos sindicatos resistiram até meados de 1930. Somente ¼ dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aderiram a esta lei. O movimento grevista foi intenso, conseguindo algumas

conquistas como: Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outros. Algumas destas leis já existiam apenas para as categorias de maior peso, como ferroviários e portuários. Nesse momento estendeu-se a todos os trabalhadores.

Nessa época predominavam, no seio do movimento operário, algumas tendências, como:

- *anarco-sindicalistas* na Federação Operária de São Paulo
- *socialistas* lideravam uma coligação dos sindicatos proletários que lutavam pela completa autonomia sindical.
- *comunistas* dominavam a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1935, realizaram a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, reunindo 300 delegados, representando 500.000 trabalhadores. Foi quando reorganizaram a Confederação Sindical Unitária, central sindical de todo o movimento operário no Brasil.

Junto com as lutas sindicais cresciam também outras mobilizações trabalhadoras. Em março de 1934, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora, dirigida pelo PCB, já com Luís Carlos Prestes. Foi citado no VII Congresso da Internacional Comunista como exemplo de frente popular democrática com 400.000 membros. No dia 4 de abril desse ano, foi realizado o primeiro comício da ANL. O governo reprimiu e decretou a Lei de Segurança Nacional, proibindo o direito de greve e dissolvendo a Confederação Sindical Unitária. Alguns meses depois, Felinto Müller colocou a ANL na ilegalidade. Seus militantes optaram por um levante armado, em 1935, sendo violentamente reprimidos. Foram decretados o Estado de Sítio e a Comissão de Repressão ao Comunismo.

Em 1939, com o Decreto-Lei 1402, houve o enquadramento sindical, que tinha a função de aprovar ou não a criação de sindicatos. Este órgão era vinculado ao ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano criou-se o imposto sindical.

O ressurgimento das lutas sindicais ocorreu entre 1945 a 1964 com o fim do Estado Novo e o avanço das oposições, inclusive da oposição liberal que lançou em 1943 o Manifesto dos Mineiros. Em 1945, o movimento popular conquistou a anistia ampla e irrestrita, libertando os presos políticos comunistas que estiveram presos durante todo o Estado Novo. Houve a legalização do PCB

e sua participação na eleição presidencial e para a Assembleia Nacional Constituinte. Com a deposição de Vargas, no mesmo ano, se acabou a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos.

Em 1945, criou-se o MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores com os objetivos de romper com a estrutura sindical vertical, retomar a luta da classe operária, obter liberdade sindical, alcançar o fim do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda e até mesmo do Tribunal de Segurança Nacional.

Os comunistas criaram a Confederação Geral dos Trabalhadores. O PCB, em poucos meses de legalidade, tornou-se o maior partido comunista da América Latina com cerca de 200.000 membros. Conseguiu 10% de eleitorado para presidente da República. Elegeram 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o mais votado, proporcionalmente, da República.

Apesar do avanço dos setores operários e populares, a elite conservadora através da União Democrática Nacionalista (UDN e PSD) detinha 70% do parlamento e com isso barrava todas as investidas do PCB. Este, na ação parlamentar, fazia alianças com o PTB.

Em 1946, o presidente eleito, marechal Dutra, proibiu a existência do MUT e suspendeu as eleições sindicais. Em 1947, determinou a ilegalidade do PCB, cassando o mandato de seus representantes no parlamento.

Em 1950, no último governo Vargas, novamente o movimento sindical atingiu grande dimensão, representando a classe trabalhadora que, de 1940 a 1953, tinha dobrado seu contingente com 1.500.000 trabalhadores nas indústrias. As greves tornaram-se constantes. Em 1951, houve quase 200 paralisações, envolvendo 400.000 trabalhadores. Em 1952, 300 paralisações. Em 1953, a luta da classe operária se dirigiu contra a fome e a carestia que atingiu cerca de 800.000 operários. Só em São Paulo realizaram-se mais de 800 greves.

Neste ano realizou-se a greve dos 300.000 trabalhadores de São Paulo (trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos) com participação intensa do PCB. Foram movimentos de cunho político, indo além das reivindicações econômicas. Reivindicavam liberdade sindical, contra a presença das forças imperialistas, em defesa das riquezas nacionais, por exemplo, a campanha pela criação da Petrobrás e contra a aprovação e aplicação do Acordo Militar Brasil-EUA.

A indústria têxtil estava concentrada sobretudo nos bairros paulistas. Nos anos 1950, as grandes greves da região foram resultadas de ações intensas dos sindicatos para as campanhas salariais.

Há retomada das lutas sindicais e criação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT em 1960 com o III Congresso Sindical Nacional, para combater o *peleguismo*, principalmente da CNTI, dominada por Ari Campista.

No campo, os trabalhadores iniciaram seu processo de mobilização desde 1955 com o surgimento da 1ª Liga Camponesa, no Engenho Galiléa. Pouco a pouco foi nascendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O movimento no campo tinha como bandeira principal a Reforma Agrária. As Ligas Camponesas eram dirigidas por Francisco Julião e os sindicatos rurais pelo PCB. Em 1963, houve a fundação da Contag.

No dia 13 de março de 1964, em comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, 200.000 pessoas clamaram pelas reformas de base. Em ataque ao que denominava de “República Sindicalista”, a elite conservadora foi às ruas com a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, convocada pela Igreja Católica em conjunto com a ultraconservadora TFP – Tradição, Família e Propriedade.

Com o golpe militar em 31 de março de 1964, o sindicalismo brasileiro sofreu repressão e violência. Em 1966, acabou a estabilidade no emprego ao se criar o FGTS. Porém, houve surtos de retomada do movimento operário em 1967, quando se criou o Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA). Participaram os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco para colocar um fim ao arrocho salarial. Só o sindicato de Osasco propunha avanços fora dos limites impostos pelo Ministério do Trabalho.

Em 1968, deflagrou-se uma greve em Osasco, sob o comando de José Ibrahim. Iniciada em 16 de julho, com a ocupação da Cobrasma. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no sindicato. Quatro dias depois, os operários retornaram ao trabalho. Em outubro de 1968, a greve em Contagem-MG também contra o arrocho salarial, também foi reprimida, vencendo o movimento quatro dias depois.

Uma grande revolta de 1924, em São Paulo, tinha levado o governo federal a atacar os trabalhadores da maior capital do país, expulsando estrangeiros e atingindo os anarquistas que tinham muito peso, principalmente,

na colônia italiana. Meio século depois, o movimento proletário renasceu, surgindo *o novo sindicalismo*, que retomou as comissões de fábrica, propondo um modelo de sindicato livre da estrutura sindical atrelada e uma ação classista.

Esse fenômeno foi constituído inclusive pelo ABDC paulista (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). São Bernardo e Diadema integraram uma frente de esquerda, incluindo o PCB, tendo importante participação da AP, responsáveis por inúmeros movimentos de trabalhadores.

Assim, em maio de 1978, as máquinas param e a classe operária volta em cena. Em março de 1979, os braços novamente estão cruzados, pressionando para o retorno da democracia.

No dia 12 de março de 1978, os trabalhadores marcaram cartão, mas ninguém trabalhou das 7 até às 8 horas. A Scania do Grande ABC é a primeira fábrica a entrar em greve. Fizeram letra morta de toda legislação sindical repressiva.

Em agosto de 1983, foi criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT para liderar um sindicalismo classista e combativo. Duas características básicas definem o sindicalismo classista e de massas da CUT:

1. sua luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores;
2. sua capacidade de organizá-los em oposição à classe burguesa.

Portanto, o caráter classista da CUT implica em articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. Nesta condição, assume *o socialismo como perspectiva geral*, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que sequer ainda chegaram ao sindicato.

Contrapõe-se à CGT que:

- pregava a conciliação de classes;
- defendia a estrutura sindical fascista e burocrática anti-democrática;
- praticava o peleguismo, imposto pelo Golpe Militar de 1964;
- adotava apenas o sindicalismo de resultados;
- liderava com populismo;
- aceitava o controle do estado sobre a estrutura sindical.

A Força Sindical é uma central sindical criada em reação à decomposição acelerada do *peleguismo tradicional* e ao crescimento da CUT. Ambos colocaram a necessidade dos empresários e do Estado forjarem uma opção confiável de modo que não buscasse romper com os limites consentidos pela classe dominante para a prática sindical, o chamado *neopeleguismo*. Pratica o “sindicalismo de negócios” para defender o capitalismo como única opção histórica. Adota uma prática desvinculada dos partidos dos trabalhadores e com objetivo de promover a conciliação de classes. Contrapõe-se ao pensamento da CUT de que sindicatos e partidos fazem parte do mesmo movimento: a emancipação definitiva da classe trabalhadora como sendo uma obra dos próprios trabalhadores.

“Há milhares de sindicatos no Brasil, mas muitos com poucas condições de promover novas formas de regulação do trabalho”, diz o texto assinado por André Gambier Campos, técnico do Ipea. A fim de mitigar esse tipo de problema, algumas mudanças estruturais (e históricas) na estrutura sindical talvez sejam necessárias e urgentes, com o intuito de promover sindicatos mais representativos e atuantes.

O estudo mostra que hoje no Brasil há 10,8 mil sindicatos de trabalhadores, sendo que 73,8% deles representam trabalhadores da área urbana. Pela legislação brasileira, mesmo com baixo índice de filiação, os sindicatos representam todos os trabalhadores que estão no território de atuação. A filiação por si só importa bastante, sendo uma espécie de indicador de proximidade entre trabalhadores e sindicatos. O índice de filiação é de 16,2% dos trabalhadores no Brasil, uma posição “mediana” em uma comparação internacional feita com 22 países.

Além disso, o texto mostra que 80,4% dos sindicatos têm base em um ou poucos municípios. “Em média, em todas as áreas ou regiões do Brasil, um sindicato tem apenas 1,6 mil trabalhadores associados, e isso é 6,2 vezes menos que a quantidade de trabalhadores em sua base. Mesmo considerando que tal sindicato representa e age em nome de todos os trabalhadores de sua base, e não apenas daqueles que são filiados, há preocupações óbvias sobre a representação e a ação que pode ser assegurada”.

O autor do estudo salienta a necessidade de “adensar” a representatividade sindical, diminuindo a dispersão hoje existente, o que fortaleceria a capacidade de negociação. Esses sindicatos não são bem instrumentados para levar adiante as negociações.

“Apesar de seu número elevado (quase 11 mil), os sindicatos enfrentam problemas na sua organização e, provavelmente, em sua ação. E para resolver

esses problemas, talvez seja importante transformar a estrutura como um todo, alterando alguns dos seus aspectos históricos, a fim de obter sindicatos mais representativos e atuantes”, escreveu o técnico do Ipea.

Para ele, é preciso ampliar a liberdade sindical, aumentando as possibilidades de associação. Para tanto, é preciso discutir a revisão da exclusividade territorial e a contribuição sindical obrigatória, de forma a consolidar sindicatos mais representativos e fortes e conter a pulverização que ocorre em parte pela busca dos recursos dessa taxa.

É necessário se discutir a possibilidade de o mandato para assinar acordo coletivo não ser limitado aos sindicatos. “Não parece fazer qualquer sentido evitar que outras entidades agregadas (como as centrais sindicais) tenham mandato para negociar acordos coletivos mais amplos e robustos”.

Outro tema de importância para se discutir é a possibilidade de organização dentro das empresas por meio de delegados sindicais ou comissões de trabalhadores. Este tema foi introduzido na reforma somente para empresas com pelo menos 200 funcionários.

Dependendo do encaminhamento da reforma trabalhista, os sindicatos deverão desempenhar vários papéis centrais. Sindicatos mais representativos e atuantes são uma necessidade, de todos os pontos de vista: do governo, dos empregadores e, especialmente, dos próprios trabalhadores. Para a discussão sobre a regulação do trabalho (legislada ou contratual) produzir qualquer resultado concreto e positivo, depende-se da existência de sindicatos representativos e atuantes.

Conclusão

O DNA da sociedade brasileira a revela como exploradora e discriminadora dos párias: nativos, negros e mestiços. *Conciliação* é a característica da relação entre a casta dos aristocratas governantes (oligarcas regionais proprietários de terra) e a casta dos comerciantes grandes financistas e usurários. Tudo isso está garantido pela segurança imposta pela casta dos guerreiros. Na época colonial, a casta dos sábios ainda se reduzia aos sábios-sacerdotes que louvavam a Monarquia Absolutista católica. E a casta dos trabalhadores organizados era inexistente.

A casta dos mercadores negociava, sobretudo, escravos: com fortunas superiores às dos senhores de engenho ou grandes agricultores, os afortunados almejavam, porém, a terra e o poder que essa simbolizava. A terra, e apenas ela, nobilitava, enobrecia, enquanto a atividade comercial urbana continuava malvista pela sociedade. Eram comerciantes arcaicos: em vez de adotarem a

mentalidade da burguesia mercantil que prosperava no norte da Europa e nos Estados Unidos da América, os “comerciantes de grosso” pretendiam títulos honoríficos e grandes plantações, como seus ancestrais aristocratas.

Antes, na América pré-colombiana, predominavam as aldeias e as tribos com seus caciques e xamãs. Nas primeiras sociedades coloniais agrícolas, o povoado e o grupo de parentesco ampliado – *o familismo* – eram o mais importante princípio organizador: a ação coletiva da política se fazia pelo *clã* ou a *dinastia*. A sociedade colonial no Brasil desenvolveu-se, patriarcal e aristocraticamente, à sombra das grandes plantações de cana-de-açúcar, não em grupos de nômades a esmo em atividade de extrativismo.

Em sua visão liberal, Gilberto Freire acha que esta colonização não é obra do Estado português, mas sim da iniciativa particular, que promove a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão. As *castas*, ligadas às ocupações, ainda estavam, em estágio embrionário, não tendo se libertado do poder do parentesco? Não é o caso de se indagar, então, qual foi o papel da *casta dos guerreiros* e da *casta dos sábios-sacerdotes* na submissão dos *párias cativos*, sejam os nativos, sejam os africanos? E da *casta dos comerciantes-trafficantes*? A liderança dessa colonização é atribuída apenas à *casta dos aristocratas-latifundiários*!?

O quadro abaixo relaciona castas, valores e ocupações.

Castas (e origens)	Valores	Ocupações	Castas (e origens)	Valores	Ocupações
Comerciantes	Competitividade	Grandes	Comerciantes	Competitividade	Pequenas
brandos	Empreendedorismo	empregadores	firmes	Empreendedorismo	empresas
(empresários e	Internacionalismo	Profissionais	(comerciantes	Disciplina	Empresas
financistas)	Tolerância	liberais	e/ou pequenos	Regras	sob pressão
	Liberalismo cultural	autônomos	burgueses)	Autoridade	da concorrência
Profissionais	Especialização	Assistentes	Profissionais	Especialização	Administradores
que lidam	Educação	sociais	que lidam	Educação	Técnicos
com pessoas	Autonomia	Professores	com sistemas		
e comunicações	Autoexpressão	Profissionais	e técnicas		
(sábios-criativos)	Liberalismo cultural	da mídia	(sábios-tecnocratas)		
		Escritores	Governantes	Paternalismo	Cargos de
		Artistas	(aristocratas	Diferença	liderança
Trabalhadores	Ceticismo quanto ao	Trabalhadores	ou proprietários	Respeito	
(trabalhadores	livre-mercado	em produção de	rurais)		
tradicionais)	Igualdade	bens e serviços	Guerreiros	Fama	Exércitos
	econômica		(militares,	Glória	Esportes
Artesãos	Habilidade	Trabalhador	policiais,	Coragem	
(artífices)	Criatividade	especializado	e atletas)	Honra	

Ex.: Era Social-Desenvolvimentista solidariedade, coletivo, regulação, igualitarismo social => aliança entre castas de trabalhadores e sábios com neocorporativismo

Ex.: Era Neoliberal competitividade, individualismo, livre-mercado, meritocracia, eficácia, eficiência => aliança entre castas dos comerciantes e guerreiros

Neste estudo de caso com base em castas, a sociedade brasileira é analisada como sendo composta de *grupos profissionais e/ou ocupacionais*, cada um dos quais gerando seu próprio *éthos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade. Uma lição da história do Brasil é que a hegemonia de uma casta se torna vulnerável quando não se alia com as demais. Estas contra-atacam via Golpe de Estado. Se os Sábios-Tecnocratas impõem a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas, se os Trabalhadores e Artesãos adotam o corporativismo e excluem “os de fora” na sua busca de espírito comunitário, se os Guerreiros atacam guerras intermináveis contra “inimigos externos e externos”, e se o Mercador busca dominar sem restrição, infligindo a sociedade com instabilidade econômica e elevação das desigualdades, os outros reagem em um pacto defensivo.

Fontes de pesquisa

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coord.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Medição de riqueza pessoal*. Campinas: Unicamp. IE, jun. 2013. (Texto para Discussão, n. 221).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Estratificação social da riqueza e renda no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, maio 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da Gente Brasileira – v. 1: Colônia*. São Paulo: LeYa, 2016.

FERNANDES, R.; NARITA, R. Instrução superior e o mercado de trabalho no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 1, 2001.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

MOTA, Lourenço D. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NETO, Lira. *Getúlio 1882-1930 / 1930-1945 / 1945-1954* (trilogia biográfica). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

PRIESTLAND, David. *Uma nova história do poder: comerciante, guerreiro, sábio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Maurício Cortez; MACHADO, Danielle Carusi. *Uma análise dos rendimentos do Trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil*. Brasília / Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2110).

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é, como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WIKIPÉDIA (Enciclopédia colaborativa universal e multilíngue). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal.